



BANCO CENTRAL DO BRASIL



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília (DF), 13 de junho de 2016.

**Pronunciamento de Alexandre Tombini na cerimônia de transmissão
do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.**

Exmo. Ministro Henrique Meirelles, na pessoa de quem cumprimento os representantes do Poder Executivo.

Prezado Ilan Goldfajn, 26º presidente do Banco Central do Brasil.

Aproveito para também cumprimentar os ex-presidentes e ex-diretores desta Casa, muitos presentes neste auditório.

Quero também cumprimentar as lideranças do setor financeiro nacional, na pessoa do Dr. Murilo Portugal, presidente da Febraban.

Prezados colegas de Diretoria Colegiada, com quem compartilhei tantas situações e decisões, muitas vezes críticas e complexas.

Prezados Procurador-Geral, Secretário-Executivo, Chefes dos Gabinetes do Presidente e dos Diretores, Chefes de Departamento e demais servidores da alta administração do Banco Central, grupo cuja competência e espírito público são fundamentais para a administração do Banco Central do Brasil.

Prezados colegas, servidores e contratados, mulheres e homens cujo profissionalismo e comprometimento permitiram construir esta Instituição e base sobre a qual se haverá de consolidá-la, cada vez mais, como um exemplo de excelência do Estado brasileiro.

Minha família, alicerce e motivação para a minha trajetória pessoal.

Quero começar este pronunciamento agradecendo a todos e a cada um pelos momentos compartilhados e por cada gesto de apoio durante a trajetória pessoal que hoje se encerra nesta instituição.

Gostaria também de dizer algumas palavras sobre o período em que tive a honra de presidir a Instituição e sobre o momento em que nos encontramos.

Penso que a melhor forma de sumariar esse período é estruturando a minha narrativa em torno dos dois grandes eixos da missão institucional do Banco Central, quais sejam a manutenção das estabilidades monetária e financeira do país.

No lado monetário, esta administração teve que lidar com um conjunto de forças majoritariamente inflacionárias provenientes de diversas fontes, entre as quais destaco:

- a política de recomposição salarial, a redução da desigualdade e a transformação econômico-social vivenciada pela sociedade brasileira, que propiciou melhorias significativas para seu bem-estar, mas que também levou a pressões inflacionárias persistentes e mais acentuadas em um ambiente de pleno emprego, especialmente no setores de serviços e de alimentos;
- a complexidade do cenário econômico-financeiro internacional frente aos desenvolvimentos da economia global, após a maior crise financeira desde a Grande Depressão;
- a forte depreciação do real frente ao dólar americano durante todo o período, mas especialmente entre 2014 e 2015, em linha com a deterioração dos termos de troca do Brasil e com a expectativa pela normalização das condições monetárias nos Estados Unidos da América;
- uma política de preços administrados que oscilou do controle de curto prazo ao ajuste intenso em reduzido espaço de tempo, o que deteriorou as expectativas e impactou os demais preços da economia;
- uma política fiscal que, desde 2012, se manteve em terreno expansionista, com deterioração dos resultados em magnitude e qualidade, o que levou a um aumento significativo do prêmio de risco do país, que se transmitiu negativamente aos preços de nossos ativos, em particular na taxa de câmbio.

Em síntese, o balanço das forças resultou em pressões claramente inflacionárias. Nesse ambiente predominantemente adverso, a manutenção da inflação dentro dos parâmetros definidos pelo Conselho Monetário Nacional, nos primeiros quatro anos, só foi possível graças à administração determinada e tempestiva da política monetária no país.

Nos últimos anos, observamos no Brasil fenômeno semelhante àquele visto em países avançados, onde a política monetária acabou se tornando o principal instrumento da política macroeconômica, embora em situações diferentes. Enquanto nos países avançados a política monetária foi levada ao limite para combater o perigo da deflação e impulsionar a economia, no Brasil o desafio foi o oposto. Nesse período, na falta de uma política fiscal consistente no país, coube quase que exclusivamente à política monetária o custo do enfrentamento de fortes pressões inflacionárias.

Apesar disso, apenas no ano passado, quando a magnitude do reajuste dos preços administrados e da desvalorização do real foi de tal modo intensa e duradoura, o limite superior da meta de inflação foi ultrapassado.

Essa rápida retrospectiva nos traz ao momento atual, quando os efeitos naturalmente defasados e cumulativos da política monetária do Banco Central e o arrefecimento de alguns motores da inflação, conforme esperado, começam a impactar a formação de preços e as expectativas.

De agora em diante, os efeitos desinflacionários dessa política tendem a preponderar sobre os efeitos inflacionários da mudança de preços relativos ocorrida majoritariamente em 2015 e no início de 2016.

Nos próximos meses, uma maior convergência entre a variação dos preços administrados e dos preços livres, um menor impacto do câmbio sobre os preços domésticos, o hiato do produto da economia em zona desinflacionária, a distensão no mercado de trabalho e os efeitos defasados da política monetária, que já impactam significativamente as expectativas inflacionárias, levarão à manutenção da tendência de declínio da inflação.

No entanto, em decorrência dos riscos inerentes ao comportamento das expectativas e das taxas de inflação acumuladas em doze meses, da presença de mecanismos de indexação na economia brasileira, de incertezas quanto ao processo de recuperação dos resultados fiscais e à sua composição, e de eventos não econômicos, o balanço atual de riscos para a inflação permanece desafiador.

Por conhecer profundamente o *modus operandi* desta Casa, não tenho dúvidas de que o Banco Central, sob a liderança do Dr. Ilan Goldfajn, adotará as medidas necessárias para assegurar o cumprimento dos objetivos do regime de metas para a inflação.

Mas como todos sabemos, a missão do Banco Central não está circunscrita à manutenção do poder de compra da moeda. Outro bem público de valor inestimável sob a guarda desta Instituição é a estabilidade financeira, traduzida na manutenção de um sistema financeiro sólido e eficiente.

Apesar da grave crise financeira internacional, com repercussões conhecidas nos sistemas financeiros dos países avançados, durante todo o período de nossa gestão não se observou, em nenhum momento, ameaças materiais à estabilidade financeira do nosso país. Todos os segmentos do mercado financeiro e de capitais funcionaram de acordo com os padrões de normalidade. O conjunto das instituições financeiras manteve-se com elevado nível de capital, liquidez e provisionamento e as empresas do setor real da economia encontraram a proteção de que precisavam para atravessar momentos de grande volatilidade cambial.

Esse resultado não se deu por acaso, mas é produto, também, de uma atuação preventiva sistêmica do Banco Central, que combina regulação prudencial, autorização criteriosa, supervisão intensa, ações de saneamento bem conduzidas, manutenção de montante significativo de reservas internacionais e atuação nos mercados, quando necessário, com vistas à preservação de seu regular funcionamento.

Nesse sentido, entre tantas ações do Banco Central nesses cinco últimos anos, gostaria apenas de elencar alguns pontos de maior destaque.

Na área de regulação, com o objetivo de tornar nosso sistema ainda mais resiliente a choques, o Brasil vem adotando, integral e tempestivamente, os ajustes de instrumentos regulatórios derivados dos principais acordos internacionais, com destaque para a fase III do Acordo de Capital de Basileia e para os novos padrões pós-crise emanados do Comitê de Estabilidade

Financeira (FSB). Nossas avaliações indicam que os limites regulatórios serão cumpridos nos prazos estabelecidos, sem estresse para o sistema.

O escopo de atuação de nossa supervisão foi reorganizado e ampliado, e suas práticas aperfeiçoadas, tornadas mais abrangentes e, principalmente, mais intrusivas e prospectivas. Atualmente, nossa supervisão é reconhecida internacionalmente por seus procedimentos e sua eficiência. Nosso nível de acesso a dados, a capacidade de processá-los e a qualidade de nossas equipes técnicas nos permitem monitorar e fiscalizar as instituições reguladas de forma contínua e tempestiva.

Essas ações também nos permitem identificar eventuais necessidades de ações preventivas e saneadoras, e adotá-las sem gerar risco sistêmico. Promovemos um ciclo de saneamento que combinou medidas prudenciais restritivas, aprovação de soluções de mercado e, quando necessário, intervenções e liquidações, sem gerar desequilíbrios e sem jamais colocar em risco a estabilidade financeira nacional, muito pelo contrário. Sempre tivemos a clareza de que tais ações, quando bem conduzidas e comunicadas, ainda que ensejem riscos controlados, são fundamentais para a manutenção da higidez e da boa conduta no sistema financeiro e para o fortalecimento da confiança e da credibilidade nas instituições que o integram.

Também nesse período, o Banco Central não somente concluiu um processo de acumulação de um importante colchão de reservas internacionais, mas também atuou, de maneira consistente e firme, para a preservação desse mecanismo de proteção de nossa economia.

Desde 2013, adotamos um programa de *swaps* cambiais voltado à manutenção da estabilidade financeira interna. Com previsibilidade, regras claras e liquidação em reais, que não envolve a utilização das reservas internacionais, esse programa de *swap*, hoje internacionalmente reconhecido, permitiu a empresas e investidores atravessarem, com segurança, o período de volatilidade cambial e de acentuada depreciação do real.

Combinados a outras formas de atuação no câmbio, tais como leilões de linha, o Banco Central acompanhou os desenvolvimentos nesse mercado e agiu,

sempre que necessário, para manter sua funcionalidade e evitar volatilidade excessiva, mas sem jamais afrontar o regime de câmbio flutuante.

Criamos o Comitê de Estabilidade Financeira, o Comef, um dos mais importantes aperfeiçoamentos para a manutenção da estabilidade financeira no país. Formado pelos membros da Diretoria Colegiada e pelos Chefes dos Departamentos envolvidos com o tema, o Comef permite ao Banco Central promover uma ampla e profunda avaliação integrada de todos os riscos que possam afetar a estabilidade financeira, contribuindo para a formulação de políticas e para o direcionamento das ações do Banco Central.

Por tudo isso, apesar das dificuldades econômicas, o Sistema Financeiro Nacional continua sólido, bem capitalizado, líquido e pouco dependente de recursos externos, e os agentes financeiros protegidos dos riscos inerentes à excessiva volatilidade cambial.

É com base nesse cenário que tenho afirmado que a solidez do Sistema Financeiro Nacional representa importante fundamento da economia brasileira, especialmente relevante neste momento de grandes desafios nos ambientes doméstico e internacional, e, numa análise prospectiva, referida solidez será um fator crucial para a recuperação econômica do país.

Muitas outras realizações, não menos importantes, poderiam ser destacadas, como nossa atuação para a redução dos custos de observância da regulação prudencial, para a inclusão financeira da população, para o desenvolvimento dos meios de pagamento, para o aumento da eficiência nas transações financeiras, para a inserção internacional do Banco Central, para a melhoria no relacionamento com o cidadão e para a ampliação da rede de proteção financeira internacional.

Cada uma dessas e de outras realizações mereceria comentários, mas, para o benefício do andamento desta cerimônia, prefiro não alongar este pronunciamento.

Pelo mesmo motivo, também não detalharei a evolução havida no âmbito interno, com o aprimoramento de nossa governança e de nosso planejamento

estratégico, a criação do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas e o fortalecimento do arcabouço de projetos, com destaque para a atuação do Comitê de Projetos Corporativos e do premiado Escritório de Projetos, entre tantas outras iniciativas.

Senhoras e Senhores,

Infelizmente, o momento que o país atravessa ainda é desafiador, caracterizado por uma combinação atípica de instabilidade política e de desafios fiscais que tem minado a confiança de empresários e de consumidores, dificultando a recuperação da economia.

Aliado a isso, o ambiente internacional apresenta um nível de complexidade mais alto que o padrão histórico, tanto proveniente de países emergentes quanto de economias avançadas, o que resulta em menor dinamismo para a economia global e na manutenção de níveis ainda elevados de volatilidade e de incerteza.

Internamente, o ajuste do setor externo evolui de forma intensa e rápida, com resultados relevantes em termos de redução do *deficit* em transações correntes do país. Paralelamente, o ingresso de investimentos diretos para o país mostra-se mais que suficiente para financiar esse *deficit*, com claros e duradouros benefícios para a atividade econômica, o que permite que a retomada do crescimento econômico à frente ocorra sem desequilíbrios nas contas externas.

Por outro lado, o crucial e imprescindível ajuste fiscal não se desenvolveu, até recentemente, na direção e na intensidade necessárias. A aprovação de medidas que possam garantir uma trajetória de resultados primários que leve à estabilização e à posterior redução do endividamento público em relação ao PIB será fundamental para a recuperação da confiança das famílias e dos empresários e para a volta de um ciclo virtuoso de crescimento econômico sustentável. Resultados fiscais consistentes também favorecerão a ancoragem das expectativas de inflação na meta.

A continuidade desse ajuste na direção correta, ainda que represente um custo imediato, é fundamental para a correção de desequilíbrios econômicos que, de outra forma, continuarão a minar nossa capacidade de retomar o crescimento.

O atual momento econômico e político do país caracteriza-se por certo grau de consenso no diagnóstico, mas demanda serenidade, pragmatismo, determinação e perseverança de todos na adoção das políticas corretivas.

A desejada redução da instabilidade política e o necessário fortalecimento do ajuste fiscal poderão e deverão fomentar a recuperação da confiança e dos investimentos. Quando isso ocorrer, a economia deverá responder com rapidez e vigor.

No atual contexto, em especial, a principal contribuição do Banco Central do Brasil é proteger o poder de compra da moeda e assegurar a solidez do sistema financeiro, bases para o crescimento sustentável da economia.

Nesse sentido, o Banco Central tem sido e, estou certo, continuará sendo, uma fonte institucional de estabilidade econômica.

Para o cumprimento da honrosa missão que nos foi confiada, tenho a satisfação de deixar um Banco Central que conta com uma política monetária ajustada, com adequados níveis de reservas internacionais e um programa de *swap* cambial funcional e bem testado, com níveis de depósitos compulsório que asseguram flexibilidade para a gestão da liquidez no sistema, com governança, sistemas, processos e pessoas eficientes e, finalmente, um sistema financeiro sólido e pronto a sustentar a retomada econômica.

Tenho a certeza de que, sob o comando do Dr. Ilan Goldfajn e com o apoio das senhoras e dos senhores, servidores desta Casa, o Banco Central do Brasil permanecerá plenamente capaz de continuar superando as adversidades e cumprindo sua missão institucional, pois esse é o fim último de nossas ações e a melhor forma de devolver à sociedade o valor que se espera de nós.

Desejo ao Dr. Ilan Goldfajn e a todos os servidores desta Casa, boa sorte e sucesso nessa importante empreitada.

Muito obrigado a todos.